

Plenário vota hoje novas regras para a imunidade

Primeiro turno de votação está previsto para a sessão que começa às 9h. Comissão de Justiça aprovou ontem duas emendas de plenário determinando a extensão da prerrogativa dos parlamentares aos processos cíveis



O plenário cumpriu ontem o último dia de discussão do substitutivo sobre a imunidade parlamentar

O Senado vota hoje substitutivo do senador José Fogaça a nove propostas de emenda constitucional que tratam da imunidade parlamentar. Ontem, o plenário cumpriu o último dia de discussão da matéria, que torna mais fácil a abertura de processos, no Supremo Tribunal Federal, contra deputados e senadores. Para agilizar a votação, a Comissão de Justi-

ça apreciou ontem mesmo as emendas de plenário que determinam a extensão da imunidade também aos processos cíveis. De autoria do senador Roberto Requião, elas foram incorporadas ao texto a ser apreciado hoje. A intenção do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, é a de votar a proposta em segundo turno nos dias 16, 17 e 18. **Página 3**

Emenda da guerra fiscal depende de consulta

PÁGINA 3

Congresso promulga reforma do Estado

PÁGINA 4

CAE discute norma para empréstimos

PÁGINA 2

TV educativa busca saída para a crise

PÁGINA 2



CCJ define ação contra uso de drogas

A Comissão de Justiça do Senado (*foto*) aprovou ontem substitutivo a dois projetos de lei que tratam de prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico de drogas. Na mesma sessão, a CCJ confirmou a aprovação em caráter terminativo de projeto que determina a revisão anual das declarações de rendas dos políticos. **Páginas 4 e 5**

Representantes de emissoras queixam-se de legislação atual e apontam o apoio cultural e a propaganda institucional como alternativas

Captação de recursos para TV educativa é tema de audiência

A criação de mecanismos de captação de recursos para o financiamento das emissoras de televisão educativas e culturais foi a tônica dos pronunciamentos dos participantes da audiência pública, realizada ontem na Comissão de Educação, a fim de discutir a regulamentação para o setor. Para os representantes das emissoras, a legislação atual, que impede a captação de recursos jun-



O senador Joel de Hollanda presidiu a audiência pública promovida pela comissão

— É fundamental a edição de uma legislação para que as TVs educativas e culturais possam sobreviver. Só assim poderemos cumprir a função de educar para a cidadania. Mas não é possível fazer televisão eminentemente pública sem recursos públicos. Não podemos renunciar ao dinheiro público, mas precisamos também de outras formas de receita operacional — explicou Jor-

ge da Cunha Lima, presidente da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais.

Os representantes das emissoras públicas esperam que a nova lei contemple mecanismos de captação de receitas, como o apoio cultural e a propaganda institucional, que garantem o funcionamento das emissoras sem comprometer sua função pública.

CAE analisa projeto que modifica lei sobre operações de crédito

Após aprovar cinco itens da sua pauta, todos relativos a contratações de crédito envolvendo estados e municípios, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), analisou ontem à tarde o projeto do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que modifica a legislação atual sobre essas operações de crédito.

O substitutivo apresentado pelo relator, senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), acolhe, segundo ele, várias proposições de senadores que pretendem modificar a Resolução 69/95, "visando moralizar as operações de crédito e também de renegociações de dívidas estaduais e municipais com a União". Também foram absorvidas as propostas colhidas durante a CPI dos Precatórios, informou o senador, que considera a possível aprovação do



Amin é o autor

seu substitutivo, na próxima semana, "o verdadeiro final daquela comissão de inquérito".

As modificações propostas no substitutivo de Kleinübing para o projeto de Esperidião Amin sistematizam a tramitação de todos os pleitos de governadores e prefeitos relativos a endividamento, aumentando a responsabilidade do Tesouro Nacional, do Banco Central e do Senado nas operações. Fixam ainda, de acordo com o relatório, limites claros de endividamento e exigem o pagamento das dívidas como condição principal de adimplência para futuras operações.

O projeto, com sua redação final, deverá ser votado na próxima semana pela CAE e poderá entrar na pauta do plenário no próximo dia 17, segundo Wilson Kleinübing.

Leonel Paiva registra seminário sobre cheques devolvidos

O senador Leonel Paiva (PFL-DF) registrou a importância do seminário que a Federação do Comércio do DF promoveu ontem à noite em seu auditório, para discutir o tema "Como resolver o problema dos cheques devolvidos". O evento, segundo informou, terá a participação de representantes da Associação dos Bancos do DF, da Procuradoria de Defesa do Consumidor do DF e da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção do DF.

Paiva lembrou que o consumidor brasileiro não gosta de burocracia, mas de soluções ágeis e fáceis. Por isso, o empresário adotou mecanismos mais práticos, como o cheque pré-datado.



Leonel vê problema

— No entanto, o que prometia ser uma evolução nas negociações comerciais vem se transformando num grave problema para os comerciantes. Atualmente, o comércio enfrenta uma avalanche de cheques devolvidos por motivos que vão desde a insuficiência de fundos até erros primários de assinatura. Além disso, cresce uma nova prática: a de sustar cheques sem motivo legal, ou seja, cheques em que o cliente, depois de fazer a compra, comunica ao banco que se opõe ao pagamento, desmoralizando o documento de maior credibilidade dos bancos — explicou o senador.

Agenda

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães

- 10h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
- 13h - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional
- 15h30 - Despacho interno

PLENÁRIO

- 9h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Votação, em primeiro turno, das PECs nºs 2, 3 e 10/95; 18 e 34/97; 9, 12, 13 e 14/98, que dispõem sobre imunidade parlamentar; *PLC nº 7/98, que dispõe sobre a periodicidade de recolhimento das contribuições previdenciárias arrecadadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); *Projeto de Resolução nº 58/98, que autoriza a República Federal do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até 62,50 milhões norte-americanos, junto ao BIRD, para financiamento parcial do Projeto de Fortalecimento da Escola; *Projeto de Resolução nº 38/98, que altera a Resolução nº 96/89, do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da

União em operações de crédito externo e interno; *Redação final do Projeto de Resolução nº 40/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de refinanciamento de dívidas mobiliária e contratual do Estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Redação Final do Projeto de Resolução nº 41/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a transferir para a Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Redação Final do Projeto de Resolução nº 45/98, que autoriza o estado de Mato Grosso a contratar operação de crédito consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Redação Final do Projeto de Resolução nº 46/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a transferir para a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *PLC nº 39/97, que dispõe sobre a prática desportiva da caça.

CONGRESSO

- 13h - Sessão Solene do Congresso Nacional
Pauta: Promulgação da Emenda Constitucional nº 19/98, relativa à reforma administrativa. Plenário da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Email: jornal@senado.gov.br

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueias Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Presidente do Senado espera aprovar, em primeiro turno, na sessão que começa às 9h, o substitutivo do senador José Fogaça a nove propostas de emenda constitucional restringindo a prerrogativa parlamentar

Plenário deve votar a imunidade hoje

O plenário do Senado deve votar hoje, em primeiro turno, em sessão que começará às 9h, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a nove propostas de emenda constitucional que objetivam tornar mais fácil a votação de pedidos do Supremo Tribunal Federal para processar deputados e senadores.

Ontem foi o último dia de discussão da matéria em plenário. Por ter recebido emendas, ela precisou voltar à CCJ (ver matéria ao lado), para que o relator se pronunciasse.

Após encerrar ontem a discussão da proposta em plenário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu que a CCJ se manifestasse com urgência sobre as emendas de plenário.

— Se votarmos a proposta nesta semana, nos dias 16, 17 e 18 próximos poderemos discutir e votar a matéria já em segundo turno, em plenário, enviando o assunto a seguir à Câmara dos Deputados — previu Antonio Carlos.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), convocou então uma reunião extraor-

dinária da comissão para o início da noite de ontem, quando o relator deu parecer favorável sobre duas emendas.

O substitutivo do senador José Fogaça mantém a imunidade de deputados e senadores por suas opiniões, palavras e votos. Mas o pedido do STF para abrir processo contra algum parlamentar terá de ser votado em 120 dias pela Câmara ou pelo Senado. Caso não haja votação nesse prazo, o Supremo estará autorizado a iniciar o processo. Atualmente, o STF só pode iniciar o processo se a Câmara ou o Senado conceder autorização, sem prazo máximo.

Também não será mais necessária licença para que o STF abra processo contra parlamentar que tenha cometido crime antes de assumir seu mandato. A Constituição de 88 impede o andamento da ação se o acusado tiver assumido mandato. Pelas mudanças em votação no Senado os deputados e senadores eleitos, mas não empossados, serão tratados pela Justiça como cidadãos comuns. Se empossados, eles só poderão ser presos em flagrante caso cometam crime inafiançável.



Fogaça: modificações

CCJ aprova emendas e acelera tramitação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por 16 votos a favor e nenhum contrário, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) favorável às duas emendas de plenário apresentadas pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) à proposta de emenda constitucional referente à imunidade parlamentar. Essas emendas determinam a extensão da imunidade também aos processos cíveis, mantendo como foro privilegiado o Supremo Tribunal Federal (STF).

A CCJ recusou emenda, apresentada por Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que permitia ao senador renunciar à sua imunidade parlamentar. Fogaça lembrou que a matéria já havia sido apresentada à CCJ pelo próprio Ronaldo Cunha Lima. O parecer aprovado anteriormente pela Comissão já enuncitava, porém, que a imunidade parlamentar não pertence à pessoa do parlamentar, mas sim ao Poder Legislativo.

O relator considerou pertinentes as emendas apresentadas por

Requião, mas considerou inviável aplicar a regra indiscriminadamente a todos os processos movidos contra deputados e senadores, elaborando então o substitutivo. Lembrou que o parecer anteriormente aprovado na CCJ já estendia a imunidade às causas cíveis, desde que tenham origem em atos inerentes à atividade representativa, que são opiniões, palavras e votos.

O substitutivo aprovado mantém a inviolabilidade civil e criminal para esses atos inerentes à atividade parlamentar. O STF, porém, é mantido como foro para ações originárias — aquelas que têm de ser impetradas diretamente no STF — contra parlamentares apenas nos casos vinculados à manifestação de opinião, palavra ou voto.

Na defesa de sua emenda, Requião argumentou que, muitas vezes, juízes de primeira instância acolham equivocadamente ações contra membros do Congresso em função de suas opiniões, com inevitáveis prejuízos para sua atividade parlamentar.

Renovadas concessões de 5 rádios

O plenário do Senado aprovou ontem a renovação, por mais dez anos, de cinco emissoras de rádio. Foram beneficiadas a Rádio Itai, de Guaíba (RS), a Rádio Ribeirão Preto (SP), a Difusora Voz de Bagé (RS), Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande (RS) e a Rádio Jabiticabal (SP). Relataram os projetos José Fogaça (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Enília Fernandes (PDT-RS).

Foi ainda aprovado substitutivo do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentado a projeto de resolução de Coutinho Jorge (PSDB-PA) alterando a denominação e estrutura da Consultoria de Orçamentos do Senado.



Ronaldo

Amorim questiona os critérios

O senador Emandes Amorim (PPB-RO) questionou ontem os critérios adotados para a renovação da concessão de uma emissora de rádio, no estado de Goiás, que já teve portaria de renovação aprovada pela Câmara dos Deputados. Amorim pediu vistas ao projeto de decreto legislativo que trata desta renovação, para examinar melhor o assunto.

Para o senador, o que preocupa é o juízo sobre as condições para uma conclusão favorável à renovação. Amorim lembrou que a Constituição prevê que o Congresso Nacional institua um Conselho de Comunicação Social, que, entre outras funções, também auxiliaria na deliberação sobre renovação de outorga para funcionamento de emissoras de rádio e TV.



Amorim

Comissão acompanha combate à seca no NE

Uma comissão temporária de senadores foi criada ontem pelo plenário, para verificar os efeitos produzidos pela atual seca nordestina, para acom-

panhar e inspecionar a execução das medidas de emergência promovidas pelo governo. Integrada por nove senadores (e outros 9 suplentes), a comissão foi ainda autorizada a fazer sugestões ao governo sobre o apoio aos flagelados e a elaborar um plano de ação com políticas de governo para prevenir e minimizar efeitos de secas no Nordeste.

O requerimento da comissão foi assinado pelos senadores Djalma Falcão (PMDB-AL), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Sérgio Machado (PSDB-CE). De acordo com o texto aprovado, os senadores terão 90 dias para apresentar suas conclusões e propostas. Nos próximos dias, os partidos indicarão seus representantes na comissão.

O plenário aprovou ainda requerimento do senador Francellino Pereira (PFL-MG) destinado a incluir o Polígono das Secas do estado de Minas Gerais nas inspeções e sugestões da comissão temporária.



Falcão assinou requerimento

da a fazer sugestões ao governo sobre o apoio aos flagelados e a elaborar um plano de ação com políticas de governo para prevenir e minimizar efeitos de secas no Nordeste.

Emenda sobre guerra fiscal aguarda consulta

O plenário decidiu adiar a votação, prevista para hoje, da emenda constitucional que pretende acabar com a chamada guerra fiscal entre os estados até que o autor da proposta de mudança, senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), seja consultado sobre a intenção do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) de discutir o assunto no âmbito da reforma tributária a ser proposta pelo governo.

Kleinübing chegou a apresentar requerimento (depois retirado) para sobrestar a proposta até que a comissão temporária de senadores encarregada de discutir a reforma tributária se manifeste sobre o assunto. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observou que "seria ético" consultar antes o autor da emenda,



Wilson Kleinübing

Waldeck Ornelas, no momento ocupando o cargo de ministro da Previdência Social.

Durante a discussão, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse acreditar que a reforma tributária tem poucas chances de ser votada neste ano. Assim, a seu ver, a paralisação significará que "a guerra fiscal dos estados vai continuar, com todos seus malefícios para as finanças estaduais".

Este foi o segundo adiamento de votação da emenda destinada a acabar com a guerra fiscal entre os estados. A proposta de Waldeck Ornelas determina que o Senado aprovará resolução contendo todas as condições e situações para que um governador conceda qualquer incentivo para atrair uma empresa para seu estado.

Pela terceira vez, e em caráter terminativo, é acolhido projeto que prevê análise das declarações de renda de detentores de mandato

CCJ aprova revisão anual do IR de autoridades

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) confirmou ontem a aprovação, em caráter terminativo, de projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que determina uma revisão anual, pela Receita Federal, das declarações de imposto de renda e dos sinais exteriores de riqueza de autoridades detentoras de mandato eletivo.

Essa foi a terceira vez que a proposta de Simon passou pela análise da CCJ. Na primeira, o pro-

jeto foi aprovado, e na segunda a comissão examinou quatro emendas de plenário e em todas



Simon diz que objetivo é moralizar o setor público

elas acolheu o parecer favorável do relator, senador Roberto Freire (PPS-PE). Agora, a CCJ ratifi-

cou sua posição pela constitucionalidade da proposta, atendendo a requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que questionou a compatibilidade do projeto com a Constituição.

Segundo Pedro Simon, sua proposta visa moralizar o setor público brasileiro. "A cruzada rumo à purificação dos serviços, das atividades e das contas públicas não se encerrou com o impeachment do ex-presidente da República. Deve prosseguir para que um dia possamos nos orgulhar, sem surpresas, dos dirigentes públicos do nosso país", justificou.

Emenda estabelece prazo de prescrição para trabalho rural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) estabelecendo prazo de cinco anos para a prescrição das ações dos trabalhadores urbanos e de oito anos para a prescrição das ações dos trabalhadores rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato. A emenda de Dutra foi apresentada a uma proposta de emenda constitucional do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que pretende fixar em cinco anos o prazo de prescrição tanto para as ações de iniciativa de trabalhadores urbanos quanto para as apresentadas pelos trabalhadores rurais. A matéria será ainda apreciada em plenário.

De acordo com o texto constitucional em vigor, não há prazo prescricional para o trabalhador rural. Esse benefício foi

adotado na Constituição diante da maior dificuldade enfrentada pelos trabalhadores rurais para inteirar-se de seus direitos, como lembrou o senador Osmar Dias na justificativa de sua proposta. O tratamento diferenciado, segundo o senador, acaba, no entanto, ocasionando mais prejuízos para os empregadores rurais do que benefícios efetivos para os empregados. Isso porque os empregadores passam a optar pela contratação de trabalhadores avulsos ou por alternativas como parcerias ou arrendamentos.

Dutra não concordou com a solução dada por Osmar Dias e apresentou em plenário uma emenda com prazos diferenciados para prescrição das ações de trabalhadores rurais e urbanos. O senador do PT argumentou que a equiparação dos prazos prescricionais, proposta por Osmar Dias, não deve ser



Dutra: solução intermediária

efetivada enquanto não for regulamentado dispositivo da Constituição que trata da proteção dos trabalhadores rurais e urbanos contra a dispensa imotivada.

Em parecer favorável à sugestão de Dutra, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou-a "uma alternativa intermediária, capaz de conciliar os interesses de empregados e empregadores rurais, com efeitos benéficos sobre o mercado de trabalho pela desburocratização e pela redução da rotatividade da mão-de-obra".

CRE aceita indicação de embaixadores

Os diplomatas Paulo Dyrceu Pinheiro e Sérgio Barcellos Telles tiveram seus nomes aprovados ontem pelos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), para exercer os cargos de embaixadores do Brasil junto a Cingapura e ao Líbano, respectivamente. As mensagens presidenciais com as indicações serão votadas ainda pelo plenário do Senado.



Paulo Dyrceu Pinheiro e o senador Hugo Napoleão

TV Senado debate a seca no Nordeste

As alterações climáticas provocadas por *El Niño* e a ausência de medidas preventivas de combate à seca no Nordeste serão debatidas hoje, na TV Senado, pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN) e pelo chefe da Previsão do Tempo do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) Francisco de Assis Diniz.

No programa, Diniz lembra que no segundo semestre do ano passado o Inmet já tinha informações de que a estiagem na região seria prolongada. Geraldo Melo lamenta as perdas no Nordeste e defende a transposição das águas do rio São Francisco. O debate vai ao ar hoje às 8h e às 19h30.



Geraldo Melo

Benedita protesta contra corte de gás para creche

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou ontem o corte do fornecimento de gás a uma creche que atende 40 crianças carentes nas comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo ela, a creche, administrada pela Igreja Batista do Leme, cumpre uma função que é atribuição do Estado: a de prestar atendimento a crianças de zero a seis anos de idade, e, por isso, deveria ter apoio dos órgãos públicos.

Benedita leu documento assinado pela direção da creche, em que a Companhia Estadual de Gás (CEG) do Rio de Janeiro é acusada de pressioná-la a pagar uma conta adicional de R\$ 2 mil, sem que tenha havido qualquer registro em medidores instalados pela própria companhia. O documento qualifica de "terrorismo econômico" o corte do fornecimento, sem aviso prévio.



Benedita

Maldaner pede explicações

Maldaner cobra transparência do BC no uso do Proer

"Transparência é a alma do negócio." A afirmação foi feita ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), ao analisar a venda do banco Excel Econômico ao banco espanhol Bilbao Vizcaya, por R\$ 500 milhões, o que equivale a 55% do capital. Ele disse que "naufra mais um banco socorrido pelos generosos recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, mais conhecido por sua sigla Proer. O primeiro malogro fora representado pela compra, com dinheiro do programa, do Banorte pelo Banderantes, que, por sua vez, após mergulhar em dificuldades financeiras, acabou por ser vendido ao banco português Caixa Geral de Depósitos".

O senador observou que o governo sempre fez questão de esclarecer que os recursos do Proer não eram doação de dinheiro público aos banqueiros, e sim empréstimos aos novos controladores dos bancos falidos, mas, uma vez que os encargos financeiros estão abaixo dos cobrados no mercado, houve uma parcela de doação aos novos donos sob o termo técnico de subsídio.

— Pois bem, o que eu indago ao Banco Central é: o que aconteceu com os quase R\$ 3 bilhões que financiaram a compra do Econômico pelo Excel? Foram automaticamente assumidos como passivos pelos novos donos do Excel Econômico? — indagou.

Para o senador, a conclusão é de que os recursos públicos do Proer serviram para financiar a mudança de controle de um grande banco brasileiro em favor de um banco estrangeiro. "Estamos financiando com o dinheiro do contribuinte, a juros subsidiados, a internacionalização do sistema financeiro brasileiro!", exclamou Maldaner, criticando a gestão do Proer pelo Banco Central.

— O que está faltando é transparência. A sociedade quer saber o que está sendo feito com o dinheiro público — afirmou.

Sob risco de suspensão de atividades, escolas ficarão obrigadas a adotar medidas de prevenção. Projeto ainda vai ao plenário

Comissão define normas contra o uso de drogas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projetos de lei do deputado Elias Murad e do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que tratam da prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica. O substitutivo será agora apreciado em plenário.

De acordo com o texto do relatório, é dever de todas as pessoas colaborar na prevenção do tráfico ilícito, do uso indevido e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica.

O substitutivo considera proibidos, em todo o território nacional, o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de todos os vegetais dos quais possam ser extraídas substâncias entorpecentes ou drogas.

Ainda segundo o trabalho de

Tuma, é facultado aos Conselhos de Entorpecentes, ao Ministério Público, aos órgãos de defesa do consumidor e às autoridades policiais requisitar às autoridades



Tuma (D) é autor do substitutivo acolhido pela Comissão de Justiça

sanitárias a realização de inspeção em empresas industriais e comerciais que produzirem, venderem, comprarem, consumirem, prescreverem ou fornecerem substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência.

O substitutivo exige que os diretores de escolas, hospitais e entidades adotem as medidas necessárias à prevenção do tráfico e uso de drogas, sob pena de repressão, pagamento de multa, suspensão das atividades e interdição definitiva.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) anunciou, durante a reunião, que apresentará emendas

em plenário.

Na mesma reunião, a CCJ aprovou em segundo turno substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) segundo o qual a remuneração mensal de servidor de qualquer dos Poderes da União terá como limite máximo, no âmbito de cada Poder, 90% da remuneração dos membros do Congresso Nacional, ministro de Estado e ministro do Supremo Tribunal Federal. O projeto tramitou em caráter terminativo, e segue para a Câmara se não houver recurso de um décimo dos senadores para ser apreciado em plenário.

A CCJ aprovou também na reunião de ontem, em segundo turno, substitutivo do senador Esperidião Amin (PPB-SC) a projeto do senador Epiácio Cafeteira (PPB-MA) pelo qual o partido político, em nível nacional, não sofrerá a suspensão das cotas do Fundo Partidário, nem qualquer outra punição como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais.

Projeto que cria varas federais gera polêmica

Projeto de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça (STJ) criando 50 varas na Justiça Federal da 4ª Região — que abrangem Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina — foi alvo de polêmica na reunião de ontem da CCJ, porque alguns senadores entendem que a matéria é inconstitucional. Houve muita discussão sobre possíveis controvérsias do projeto e o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), acabou acolhendo pedido de vista coletiva da matéria, que voltará a ser discutida na próxima reunião da CCJ, marcada para o dia 10.

Já aprovado pela Câmara, o projeto tem como relator o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que apresentou parecer favorável, lido pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC). Também

defenderam o projeto, além de Maldaner e Amin, os senadores Jefferson Péres (PSDB-AM), José Fogaça (PMDB-RS), Romeu Tuma (PFL-SP) e Emilia Fernandes (PDT-RS) — que não é da CCJ, mas participou dos debates.

O projeto cria 16 varas na Justiça Federal de primeiro grau da 4ª Região, na Seção do Rio Grande do Sul; 15 varas na Seção do Paraná e outras sete em Santa Catarina, especificando os municípios onde serão instaladas. Em outro item, que gerou toda a polêmica, o projeto estabelece a criação de mais 12 varas sem especificação de localidade. Essas varas, de acordo com a proposta, "serão implantadas gradativamente, na forma da lei e na medida das necessidades do serviço, a critério do Tribunal Regional Federal da 4ª Região".

Os senadores Roberto Requião

(PMDB-PR) e José Eduardo Dutra (PT-SE) questionaram a constitucionalidade do projeto e tomaram a iniciativa de pedir vista.

José Eduardo Dutra ainda pediu que os senadores suprimissem esse item do projeto para que ele votasse a favor do parecer do relator. Mas Esperidião Amin argumentou que a Constituição dá brechas para que a própria Justiça, e não somente o Congresso, especifique em que municípios as varas serão criadas.

José Fogaça argumentou que, em termos de mérito, a proposta está correta. Ele defendeu o projeto e fez um apelo para que os senadores retirassem o pedido de vista e que se votasse o parecer favorável de Maldaner. Segundo Fogaça, o pedido de vista atrasará a implantação das varas.

Roberto Requião observou que o Congresso não deve "flexibilizar" a aplicação do texto constitucional, sob pena de ver, mais tarde, suas decisões questionadas pela própria Justiça.

Revogação da Lei de Imprensa tem apoio unânime na CCJ

A Lei de Imprensa, de 1967, está mais perto de ser revogada. A CCJ aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) que revoga a Lei 5.250, considerada herança do período autoritário. O parecer favorável à proposta, do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi aprovado por unanimidade. O projeto será enviado diretamente ao exame da Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação da matéria pelo plenário do Senado.

Em seu relatório, Lúcio Alcântara destacou que as disposições da Lei de Imprensa de 1967 contêm normas incompatíveis com a plenitude das liberdades democráticas. Segundo ele, o dispositivo que exclui a possibilidade de prova da verdade contra autoridades no caso de crime de calúnia não pode ser admitido na atualidade.

Para Fogaça, a iniciativa de Jefferson é corajosa. Ele não acreditava que o Congresso Nacional fosse revogar a Lei 5.250/67 sem colocar outra lei de imprensa em seu lugar. "Estou sendo alegremente desmentido. Essa é uma atitude ética, pois se recusa a fazer barganha com a imprensa", afirmou o senador gaúcho.

— Quero acabar com o tabu de que uma lei de imprensa é indispensável. Punições a jornalistas e jornalistas já estão previstos no Código Penal e no Código Civil. Trata-se de uma peça inócua — afirmou Jefferson, que criticou os projetos de lei de imprensa que tramitam na Câmara dos Deputados, estabelecendo "penas draconianas" e intimidativas ao exercício do jornalismo.

Para Alcântara, o ponto fundamental que precisa estar regulamentado é o direito de resposta de que trata o Projeto de Lei 257/96, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), já aprovado pelo Senado e enviado à Câmara. "Para que uma lei de imprensa?", questionou o autor da proposta.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) parabenizou Jefferson Péres pela iniciativa. "A luta contra essa lei do período autoritário é antiga."

Para o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a Constituição de 1988 já tornou invioláveis direitos à livre expressão e à atividade de comunicação. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aplaudiu a aprovação do projeto de Jefferson.



Em seu gabinete, Antonio Carlos recebe anistiados

Anistiados levam a ACM gratidão a Luís Eduardo

Comitiva de anistiados políticos visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para informá-lo sobre a homenagem póstuma que pretendem prestar ao seu filho, deputado Luis Eduardo. Eles lembraram que o deputado liderou articulação política na Câmara que assegurou aos anistiados o benefício do reajuste de suas pensões pelos índices aplicados às funções originais, ao invés de ficarem vinculados às regras do INSS.

"O falecido deputado Luis Eduardo Magalhães teve papel destacado no esforço para corrigir essa injustiça", afirmou o

diretor regional da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (Abap), Deodato Corrêa de Melo, à saída do encontro.

A mudança ocorreu por meio da votação de destaque, durante a apreciação da proposta de reforma da Previdência Social. Os anistiados foram beneficiados com o retorno à condição amparada pelo artigo 8º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição, recebendo como se estivessem em atividade.

Emocionado, Antonio Carlos agradeceu a demonstração de gratidão das entidades de anistiados pelo trabalho desenvolvido por seu filho.

Ao recusar o rótulo de neoliberal, senador destaca programa do PFL que reserva ao Estado o papel de condutor de uma política que valorize o indivíduo e reduza as desigualdades sociais

Francelino defende social-liberalismo

Ao divulgar o documento definindo a política social de seu partido, o PFL, o senador Francelino Pereira (MG) recusou o rótulo de neoliberal. "Não somos neoliberais, políticos que acreditam apenas no mercado como poder regulador de uma sociedade. Somos social-liberais, porque queremos o mercado apenas como sustentáculo da economia, com o governo levando adiante uma política social que valorize cada indivíduo e diminua as desigualdades sociais".

O ideário do PFL, segundo Francelino, define o homem como principal destinatário de toda ação governamental. "Não queremos ver relegada a um futuro incerto e distante a redução das desigualdades,



Francelino: "sociedade justa"

nem podemos ter o mercado a definir os rumos do país. O social-liberalismo expresso no documento defende a construção imediata de uma sociedade justa", afirmou.

O senador mineiro anunciou que a Executiva do PFL esteve terça-feira com o presidente Fernando Henrique Cardoso, no Planalto, expressamente para entregar-lhe um exemplar. "O documento destaca que o multipartidarismo caótico vigente no Brasil não favorece a democracia. Ela precisa assentar-se em partidos poucos e fortes. A economia de mercado deve induzir ao desenvolvimento, mas sem esquecer o acesso de todos ao patrimônio da nação."

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comentou que a sociedade rotula os partidos políticos não pelos documentos que publicam, mas pelas ações concretas de seus líderes. "É claro que não estou falando do PFL, mas, em mu-

tos partidos, o estatuto define diretrizes e seus integrantes agem de maneira totalmente diferente. Por isso, é salutar ver o PFL divulgando um documento que pode contribuir para a reforma partidária do país."

Por sua vez, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aproveitou a divulgação da política social do PFL para defender seu projeto abrangente de renda mínima. "Foi uma pena que o FHC tenha demorado tanto para regulamentar o modesto projeto de renda mínima, ligado à educação, que o Congresso aprovou no ano passado. Por restrição imposta pelas eleições, esse programa, tão insuficiente, somente será implementado pelo próximo presidente, eleito no dia 4 de outubro", concluiu.

Comissão vota lei da biodiversidade

A Comissão de Educação (CE) aprovou parecer do senador Leonardo Quintanilha (PPB-TO), mantendo o substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ao projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que "dispõe sobre os instrumentos de controle do acesso aos recursos genéticos do país", conhecido como a lei da biodiversidade. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso de um décimo dos senadores para que ela seja submetida ao plenário.

A lei regula direitos e obrigações relativos ao acesso a recursos genéticos, material genético e produtos derivados existentes no território nacional ou dos quais o Brasil é país de origem; a conhecimentos tradicionais das populações indígenas e comunidades locais associados a recursos genéticos ou produtos derivados; e a cultivos agrícolas domesticados e semidomesticados no Brasil.

O texto aprovado estabelece que os recursos genéticos e produtos derivados são considerados bens públicos de uso especial da nação brasileira. O acesso aos recursos genéticos em território brasileiro passa a depender de autorização prévia da autoridade competente e da assinatura e publicação de contrato entre essa autoridade e as pessoas físicas ou jurídicas interessadas.

Em seu parecer, Quintanilha afirmou que "os danos que o Brasil vem sofrendo devido à inexistência de uma legislação que discipline o acesso aos recursos genéticos são insensuráveis".

— Os prejuízos de ordem econômica, social e ambiental difícilmente poderão ser contabilizados, mas não é preciso muito esforço para reconhecer os danos causados pela ação criminosa de coleta e de exportação de recursos genéticos nacionais sem que o país aufera qualquer tipo de benefício derivado dos resultados econômicos dessa ação.

A Comissão de Educação também aprovou parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) que sugere a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre projeto de lei da Câmara que regulamenta dispositivo constitucional a respeito da gestão democrática do ensino público. Na mesma reunião, a CE aprovou 27 pedidos de renovação de concessão ou permissão a emissoras de rádio e de TV para a exploração de serviços de radiodifusão.

Aprovada a criação de novas carreiras

O Senado aprovou projeto de lei de iniciativa do Executivo que cria, no âmbito das Forças Armadas, a carreira de Tecnologia Militar e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar. O relator do projeto, senador Romeu Tuma (PFL-SP), afirmou em seu parecer que, de acordo com a proposta, haverá concurso para preencher 525 vagas de engenheiro de tecnologia militar e 225 para analistas de tecnologia militar, lotados no Ministério da Marinha.

O ministro da Administração, Bresser Pereira, justifica a criação da nova carreira e da gratificação ponderando que serão profissionais que exercerão atividades típicas de Estado, de natureza estratégica, ligada à segurança nacional. Por isso, conforme o ministro, eles precisam de "tratamento e remuneração compatíveis com o grau de especialização exigidos". Durante a votação, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) protestou contra o projeto do governo por ter excluído o pessoal de nível médio do benefício.

O plenário votou ainda na sessão de terça-feira projeto de lei que cria a carreira de Policial Rodoviário Federal, com parecer favorável do relator, senador Romeu Tuma. Pelo projeto, que vai à sanção presidencial, os atuais 10.098 patrulheiros rodoviários serão policiais rodoviários. A proposta determina que a gratificação temporária que eles passaram a receber em dezembro de 95 fará parte da carreira.

Suplicy rebate declarações de ACM sobre a candidatura Lula

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem a afirmação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de que Luís Inácio Lula da Silva não tem programa de governo para o país. Segundo Suplicy, o presidente do Senado está desinformado sobre o programa da coligação que apoia Lula.

— Defendo a liberdade de expressão. Todavia, me vejo na obrigação de alertar o presidente, que, como ocupante do mais alto cargo do Legislativo brasileiro, deveria ser melhor informado antes de fazer afirmações infundadas — disse Suplicy, lamentando que as declarações tenham sido veiculadas pela Rádio e TV Senado.

O líder do Bloco Oposição afirmou que o PT está reformulando, junto com o PDT, o PSB e o PCdoB, o programa apresentado em 1994, que "irá conciliar estabilidade e desenvolvimento econômico, com ênfase na erradicação da miséria". Suplicy disse que seu partido apresentou propostas concretas para todas as grandes questões nacionais, como as reformas fiscal, da Previdência e administrativa, além de ações para promoção da cidadania e ampliação dos direitos sociais e políticos. Segundo ele, o governo federal tem inclusive lançado mão de programas educacionais, de saúde e de erradicação do trabalho infantil que constituem "plágio de propostas feitas pelo PT".

Ao final, Eduardo Suplicy elogiou o presidente do Senado por ter chamado a atenção dos erros do presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive publicamente, "como no caso de seu deslize ao chamar de vagabundos aqueles que têm o direito a uma aposentadoria precoce". Antonio Carlos Magalhães, observando que Suplicy fez crítica e elogio, respondeu: "Sigo em paz com a minha atuação".



Suplicy: governo "plagia" o PT

Senador critica a demora na implantação de renda mínima

Apesar de apoiar a regulamentação do projeto que institui programas públicos de renda mínima, o senador Eduardo Suplicy criticou os prazos fixados para sua implementação, que, na prática, impedem a sua adoção este ano. O senador censurou o prazo de 60 dias para a instalação do comitê gestor dos programas.

Ele lembrou que a Lei Eleitoral proíbe convênios com municípios a partir de 1º de julho, o que empurra a vigência dos programas de renda mínima para o próximo ano. "O governo é muito lento para tratar das questões sociais", criticou. O senador acredita que, se o governo tivesse sido mais ágil na regulamentação do projeto, o país não estaria presenciando saques de flagelados a supermercados.

— O governo Fernando Henrique Cardoso tudo planejou para não haver projeto de renda mínima. O projeto é inócuo para 1998. E é este o grande projeto social de FHC — ironizou ele.

Suplicy disse também que a lei sancionada prevê incentivos menores e condiciona os auxílios à presença de crianças na escola.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu o governo, ressaltando as limitações de recursos existentes. "Esse é um primeiro passo importante, mas devemos levar em consideração os recursos de que dispõe o governo", afirmou, destacando que a sanção presidencial não tem caráter eleitoreiro, já que os programas de renda mínima não poderão ser implementados antes de outubro.

Senado e Câmara se reunirão em sessão solene para formalizar as alterações constitucionais já aprovadas em dois turnos nas duas Casas. Fim da estabilidade e teto salarial equivalente a R\$ 12,7 mil são algumas das mudanças

Congresso promulga reforma administrativa

Senado lança duas coleções de livros

Ao presidir o lançamento de duas novas coleções de obras brasileiras, nas edições do Senado Federal, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que o Senado, além de atuar como órgão legislador, quer marcar sua presença no cenário cultural do Brasil.

— Ao editar obras fundamentais pelo seu interesse histórico e cultural, o Senado fica mais forte e se transforma, também, numa referência cultural para o país. São livros sem interesse financeiro para as editoras comerciais, mas de leitura obrigatória para os que desejam compreender a consolidação da sociedade brasileira — destacou.

O presidente do Conselho Editorial do Senado, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), explicou que, graças a "um convênio com a Universidade de Brasília, os livros terão circulação em todo o país, além de serem vendidos no prédio do Senado".

Ao todo, foram lançados cinco livros: *De Profecia e Inquisição*, do Padre Antônio Vieira, da coleção "500 Anos"; *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, e *A Querrela do Estabulismo*, de Antonio Paim, da "Biblioteca Básica Brasileira", além de mais dois livros da coleção "Memória Brasileira" — *Manual do Cidadão num Governo Representativo*, de Sivestre Pinheiro Ferreira, e *Atas e Ato do Governo Provisório*, de Dunshee de Abranches.

As Mesas do Senado e da Câmara vão promulgar hoje a reforma administrativa, já votada em dois turnos pelas duas Casas. O ato ocorrerá durante sessão solene do Congresso Nacional, convocada pelo presidente do Senado e do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, para as 13h, no plenário da Câmara. Promulgada a reforma e publicada no *Diário do Congresso*, as mudanças constitucionais entram em vigor imediatamente.

A promulgação ocorre exatamente seis meses e três dias depois que a proposta chegou ao Senado, assim que foi votada pela Câmara. A reforma administrativa, que altera várias normas que re-

gem o serviço público e seus funcionários, é apontada pelo governo como fundamental para o equilíbrio das contas públicas da União, dos estados e dos municípios. Exatamente 28 artigos da Constituição são alterados com a mudança.

A reforma, que gerou polêmica no Congresso, prevê a possibilidade de demissão de funcionários públicos efetivos (estatutários) para que os governos e prefeituras limitem os gastos de sua folha salarial a 60% de suas receitas líquidas. Essas demissões, no entanto, só podem ocorrer depois que houver um corte de 20% nos cargos de confiança e forem demitidos os funcionários não-está-

veis, que são os contratados sem concurso depois de 5 de outubro de 1983. Os demitidos terão direito a um salário para cada ano trabalhado.

Também poderão ser dispensados funcionários por "insuficiência de desempenho", em processo administrativo, no qual os servidores terão ampla defesa. Essas demissões dependem ainda de detalhamento em lei ordinária. Outro ponto apontado pelo governo como importante na reforma administrativa é a fixação do maior salário que pode ser pago a um funcionário público, o mesmo que a remuneração de um ministro do STF (R\$ 12.720,00).

Abdias abre exposição de pinturas no Salão Negro

Ao prestigiar a *vernissage* de 53 pinturas do senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que os brasileiros, a cada dia mais, reconhecem a importância da presença dos africanos no país. "Expor essas obras, no Salão Negro do Congresso Nacional, representa um ato político de relevância, não somente para as Casas, mas também para todo o povo brasileiro", destacou.

Para Abdias, trata-se de uma mostra de pintor afro-brasileiro que não se curva aos ditames da arte convencional, que teima em rotular de "folclore", e portanto sem a verdadeira dimensão artística, todas as manifestações que têm ligação com a África. "Essa



Abdias: "mostra é testemunho de que a democracia está consolidada"

exposição representa um outro instrumento para que nós, os negros conscientes, lutemos contra o racismo", ressaltou.

Abdias disse que suas pinturas representam a verdadeira arte afro-brasileira. "Recebi, com muita alegria, o convite do presiden-

te Antonio Carlos Magalhães para expor no Congresso e considero uma mostra dessa natureza um testemunho de que a democracia está consolidada no Brasil. Somos maioria no país, somente ficamos minorizados em nível de poder", observou.

Júnia diz que faltam cestas para os flagelados da seca

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) reclamou ontem do número reduzido de cestas básicas enviadas pelo governo para os municípios sacrificados pela seca em Minas Gerais. Ela afirmou que, em municípios com até 2 mil famílias atingidas pela estiagem, estão chegando apenas 200 ou 300 cestas.

Júnia Marise reclamou também do conteúdo das cestas. Disse que elas contêm apenas 10 quilos de alimentos, sendo 5 quilos de arroz, 1 de feijão, 2 de farinha e 2 de açúcar. "Como é que essa população vai cozi-

nhar o feijão se não tem sequer uma lata de óleo na cesta?", reclamou a parlamentar.

Tendo visitado o Vale do Jequitinhonha no final de semana, ela sustentou que essas cestas não são suficientes para matar a fome da população vitimada pela estiagem. Júnia Marise disse ter ouvido inúmeras queixas dos prefeitos dessas cidades. Em seu discurso, a senadora também afirmou que o crescimento da pobreza no Brasil resulta da política de globalização, que traz "impacto social dos mais perversos para a população de baixa renda".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 8h - Cidadania - debate com Américo Antunes, presidente da Federação Nacional de Jornalistas, e o deputado federal Pedro Wilson, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, sobre o assassinato de jornalistas
- 9h30 - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 10h - Debate apresentado por Fernando Cesar Mesquita com o médico geriatra Eduardo Gomes e a médica nutricionista Sandra Lohman sobre envelhecimento e nutrição
- 12h15 - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 13h15 - Cidadania - debate com Américo Antunes, presidente da Federação Nacional de Jornalistas, e o deputado federal Pedro Wilson, presidente da Comissão de Direitos Hum-

- nos da Câmara Federal, sobre o assassinato de jornalistas
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) sobre a necessidade de recursos para o turismo nacional
- 19h30 - Cidadania - debate com Américo Antunes, presidente da Federação Nacional de Jornalistas, e o deputado federal Pedro Wilson, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, sobre o assassinato de jornalistas
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Mulheres em Debate - a deputada Maria Elvira (PMDB-MG) e a médica Fátima Regina Pinheiro debatem sobre os programas de assistência à saúde da mulher
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"
- Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".
- RÁDIO SENADO
- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

O impacto financeiro de R\$ 800 milhões, previsto para o caso de se colocar em prática plano de docentes da Universidade Federal de Minas Gerais, é apontado pela senadora como compatível com o orçamento do MEC

Júnia defende proposta de professores

Ao ler ontem em plenário a proposta dos professores da Universidade Federal de Minas Gerais para a negociação da greve com o Ministério da Educação (MEC), a senadora Júnia Marise (PDT-MG) sustentou que isso resultará em "um impacto financeiro de apenas R\$ 800 milhões". Em sua opinião, essa cifra é perfeitamente compatível com a lei orçamentária do MEC para 1998, que prevê R\$ 2 bilhões para a correção de carreiras especí-



Júnia desconfia de privatizações das universidades públicas.
"Esse valor não chega a representar sequer 50% dos recursos orça-

mentários já previstos", argumentou a senadora, ao considerar geral a preocupação com o que qualifique de autoritária a forma de o governo enfrentar a greve. Como exemplo desse comportamento, ela observou que o MEC demorou muito tempo para abrir a negociação e ainda enviou para o Legislativo uma medida provisória criando um plano de incentivo à docência, sem discuti-lo previamente com os professores.

Na opinião de Júnia Marise, a

privatização das universidades públicas é "uma desconfiança que paira no ar", sobretudo em razão das últimas medidas tomadas pelo governo. Ela voltou a afirmar que os contracheques dos professores universitários variam entre R\$1,7 mil e R\$2,2 mil, daí por que entende que a reposição salarial é necessária, a fim de que possa haver um mínimo de equilíbrio.

— Quero conchamar o professor Fernando Henrique Cardoso, que

está agora sentado na cadeira de presidente da República, mas que no passado foi um grande defensor da universidade pública, que continue a sê-lo — apelou ainda a senadora.

Ela se disse preocupada com a evasão de professores universitários e sustentou que negligenciar essa situação "é se omitir, como está fazendo o MEC, é praticar uma violência contra os maiores centros de excelência de todo o país".

Tebet diz que ponte renovou mapa do Brasil

"Nos últimos dias, o Brasil ganhou um novo mapa", afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao elogiar ontem a inauguração da ponte sobre o rio Paraná, ligando São Paulo a Mato Grosso do Sul. Para Tebet, o Brasil aumentou seu território sem litígio, numa "mágica" que atende pelo nome de Ferronorte.

O senador destacou a parceria entre a iniciativa privada e o governo federal na maior obra de engenharia que estava em construção no Brasil. Ele lembrou a audiência, a postura destemida e a crença no futuro do Brasil que levaram o empresário Olacir de Moraes a construir a ponte "com o poder público, que, compreendendo o arrojado da iniciativa, estendeu a mão".



Tebet: maior produção

A ferrovia terá extensão total de 5 mil quilômetros, e beneficiará, segundo o senador, uma área de 50 milhões de hectares agrícolas. A ponte, que "muda o mapa econômico e social do país", realizou o sonho manifestado em 1901 pelo escritor Euclides da Cunha.

O pronunciamento de Tebet motivou vários apertes. O senador Júlio Campos (PFL-MT) ressaltou que a ferrovia — que deve chegar a Cuiabá em dois anos e meio no mais tardar — diminuirá o custo do transporte entre 25% e 35%. Campos elogiou o papel dos ex-governadores Fernando Correia da Costa e Lucas Nogueira Garcez e do ex-senador Vicente Vuolo na luta pela interiorização do país.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) enalteceu os esfor-

ços do então governador Orestes Quércia para a construção da ponte. Para o senador, não fosse "o tirocínio e a capacidade executiva" de Quércia, a ponte não existiria até hoje. Bezerra ressaltou também que foi ele, senador, quem conseguiu o maior aporte de recursos federais para a obra — R\$ 170 milhões, em 1997.

Para Carlos Bezerra, a ponte rodoviária cria "o primeiro conjunto intermodal inteligente do Brasil". Com ela, o custo da tonelada trans-

portada cai de R\$ 88,00 para R\$ 63,00, podendo declinar para R\$ 33,00 quando a ferrovia chegar a Cuiabá. O senador disse ainda que a obra vai transformar o Brasil no maior produtor de alimentos do mundo. Para ele, apenas Mato Grosso atingirá a produção total de grãos do Brasil hoje, de mais de 80 milhões de toneladas.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que o empresário Olacir de Moraes sacrificou boa parcela de sua economia investindo na construção da ponte. Por sua vez, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lembrou que o empresário foi "alvo de muita zombaria" quando sua trajetória estava descendente. Jonas lembrou também que a ponte deveria ter sido construída em dois anos e meio, mas o atraso da liberação de verbas em período de inflação alta estendeu o prazo para oito anos.

Mauro Miranda (PMDB-GO) agradeceu ao presidente Fernando Henrique Cardoso pelo empenho na finalização da obra. Ele aproveitou para ressaltar outros esforços do presidente, como a ligação férrea de Goiânia ao Porto de Tubarão.



Portela quer porto em Luiz Correia

Elói Portela pede novo corredor de exportação

O senador Elói Portela (PPB-PI) defendeu a construção do porto de Luiz Correia, no Piauí, como condição essencial para a criação de mais um corredor de exportação para o Brasil. Conforme o parlamentar, integrando-se esse porto à hidrovia do rio Parnaíba, à ferrovia que interliga o litoral piauiense com Teresina, São Luís e Fortaleza, e à malha rodoviária do estado, surge um corredor de transportes como os existentes no Sul do país.

Em sua análise, um dos produtos que poderá ser transportado neste corredor é a soja produzida na cidade de Balsas (MA), que poderá chegar ao porto de Luiz Correia transportada pelo rio Parnaíba. Entre outros produtos que podem ter sua comercialização viabilizada pelo porto, Portela citou o coco babaçu, cuja casca pode ser utilizada como coque siderúrgico, e a cera de carnaúba.

Ele afirmou que, por esse porto, o Piauí poderia importar fertilizantes e derivados de petróleo, que atenderiam o estado e várias cidades do Maranhão. Mas advertiu que tudo isso só será viável com a conclusão das obras iniciadas na década de 70 e com a implantação dos molhes que criaram uma área abrigada para a acostagem das embarcações.

Lauro afirma que FHC cometeu "suicídio político"

O senador Lauro Campos (PT-DF) atribuiu a queda do presidente Fernando Henrique Cardoso nas recentes pesquisas ao fato de ele haver

confessado ser 'mentiroso', em recente aula inaugural no Hospital Sarah Kubitschek. "Como representante do poder carismático, ele cometeu um suicídio político, porque a mentira acaba com o carisma", afirmou.

Fazendo um estudo filosófico desde Aristóteles até Max Weber, Sartre e Marx, Lauro Campos explicou que ninguém pode exigir que um chefe de Estado diga toda a verdade. "Um

presidente não pode sair por aí revelando mudanças nas taxas de juro, no câmbio ou em questões de segurança nacional. Mas

isso é diferente de se confessar um 'mentiroso', disse.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância de um líder político dizer a verdade, lembrando que o ex-presidente Richard Nixon, dos Estados Unidos, foi obrigado a renunciar ao cargo por ter mentido sobre o episódio conhecido como Watergate.



Lauro: mentira prejudica

Imunidade de juiz é "perigo", diz Requião

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) alertou ontem para o que classificou como "o perigo que representa essa imunidade de juízes". Segundo ele, o exercício do seu mandato tem sido atrapalhado por uma sucessão de processos movidos contra ele pelo ex-juiz do Tribunal Eleitoral do Paraná, Sérgio Arenhart, desde que foi candidato ao governo do estado em 1990.

De acordo com o senador, o então juiz Sérgio Arenhart considerou a propaganda eleitoral ilegal e ordenou a imediata retirada do ar de toda a cam-

panha televisiva do candidato Roberto Requião, que tomou medidas judiciais contra o juiz.

— Depois de arquivados todos os procedimentos contra o juiz, inclusive com manifestações de surpresa e desacordo, especialmente da Ordem dos Advogados do Paraná, em dezembro de 1994, o juiz ingressou com ação ordinária de reparação de danos morais, por meio do advogado, ex-de-



Requião foi processado

sembargador e ex-presidente da Associação dos Magistrados do Paraná com quem o governador tivera atritos — revelou o senador.